----------**ACTA Nº. 5**----------

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2010: Aos trinta dias do mês Junho do ano dois mil e dez, reuniu pelas vinte horas e trinta minutos, em sessão ordinária, no Auditório da Escola Profissional Vasconcelos Lebre, na Mealhada, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pelo 1º Secretário, o Senhor António Ferreira Ribeiro, pelo 2º Secretário, a Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos e pelo membro convidado, o Senhor Luís Filipe Tovim Ferreira, com a seguinte Ordem de Trabalhos: ----------

1) Votação da Acta da Sessão de 16/04/2010; ----------

2) Informação do Presidente da Câmara, nos termos da alínea e) do nº. 1 do art.º 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro; ----------

3) Conselho Municipal de Segurança: ----------

a) Fixação do Número de Presidentes de Junta; ----------

b) Indicação de seis membros da Assembleia Municipal para integrar o respectivo concelho; ----------

c) Regulamento do Conselho Municipal de Segurança do Município de Mealhada; ----------

4) Revisão Orçamental Nº 1; ----------

5) Regulamento da Venda de Lotes de Terreno da Zona Industrial da Pedrulha – 2ª Fase; ----------

6) Regimento da Assembleia Municipal de Mealhada; ----------

7) Apresentação do Projecto do Edifício dos Novos Paços do Concelho; --------

Presidiu esta sessão ordinária da Assembleia Municipal o Senhor António Ferreira Ribeiro, por ausência do Senhor José Miguel da Rosa Felgueiras, Presidente efectivo da Mesa desta Assembleia. O 1º Secretário procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal, verificando-se que faltou com justificação o Senhor José Miguel da Rosa Felgueiras, o qual foi substituído pelo Senhor Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis. Faltou também o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Luso, Homero Cristina Serra, tendo sido substituído pelo Senhor Jorge Campos Carvalho. ----------

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. ----------

O Senhor Presidente da Mesa deu por iniciada a sessão e perguntou se alguém queria usar da palavra neste período, antes da Ordem de Trabalhos. ---

- Solicitou o uso da palavra o Senhor Carlos Pinheiro para realçar o evento, de âmbito nacional, que se realizou na Mealhada, no dia 29 de Maio, intitulado "Sou vigilante da Floresta", organizado pelo Lions Club da Mealhada e o qual teve a participação de mais de 2 mil crianças de todo o País. Realçou também a vinda destas 2 mil crianças e respectivos professores, nomeadamente ao Parque da Cidade e ao Parque Desportivo, a qual só foi possível pela inestimável colaboração da Câmara Municipal da Mealhada. Houve da Mealhada e sensibilização da defesa da floresta, assim como da Escola Profissional Vasconcellos Lebre e de todos os outros patrocinadores. Fez também referência a 3 empresas produtoras de vinho do Concelho da Mealhada que foram recentemente galardoadas, nomeadamente Caves Messias, Casa Sarmento e Adega Cooperativa da Mealhada. Realçou também que a última entidade mencionada merece o carinho e o apoio de todos, apesar das dificuldades que tem vindo a passar, a qual nem sempre é tratada

convenientemente e de acordo com o que tem sido o seu apanágio de divulgação do Concelho e dos nossos produtos. Esta foi galardoada com uma Medalha de Prata na Confraria dos Enófilos em vinhos brancos, onde a medalha de Ouro foi atribuída a uma empresa de alto prestígio nacional e onde mais nenhuma Cooperativa foi galardoada. Referiu ainda que a Cooperativa iria ser também galardoada com uma medalha de Prata numa prova de vinhos organizada pela ACIC, em Coimbra, provando assim que a Adega Cooperativa da Mealhada está a fazer tudo por tudo para seguir em frente e ultrapassar este momento difícil, manter os seus postos de trabalho e melhorar cada vez mais os seus produtos. ----------

- Solicitou o uso da palavra o Senhor Luís Brandão para alertar o facto de não ter sido publicado o voto de louvor à iniciativa "Limpar Portugal" no Concelho de Mealhada, o qual foi proposto e aprovado por unanimidade. Neste sentido, questionou se a não publicação teria sido um lapso, uma vez que foram mencionados outros assuntos que não constavam da Ordem de Trabalhos. Referiu ainda que os visados não foram informados formalmente do louvor público que a Assembleia lhes quis prestar, não tendo conhecimento da sua obrigatoriedade. Relativamente ao tema sobre a Pousada de Juventude, referiu que foi apresentado, no dia 3 de Fevereiro de 2010, um requerimento sobre este tema ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, conforme está regimentado, o qual foi encaminhado ao Senhor Presidente da Câmara e que até hoje não obteve qualquer informação. De acordo com os diversos e-mails trocados entre o interveniente e o Senhor Presidente da Assembleia, este requerimento não obteve qualquer resposta, porque o Senhor Presidente da Câmara não prestou a informação requerida, tendo o prazo de 15 dias para o fazer. No entanto, o Presidente da Assembleia informou o interveniente que as respostas a este requerimento teriam sido dadas na última sessão da Assembleia Municipal. O interveniente referiu que não aceita esta resposta, uma vez que as informações prestadas na última sessão da Assembleia Municipal eram comentários genéricos e não as informações concretas que foram solicitadas. Referiu ainda que o Presidente da Assembleia sugeriu que fossem efectuadas, nesta sessão da Assembleia Municipal, todas as questões directamente ao Senhor Presidente da Câmara, que este as responderia, se assim o entendesse. Neste sentido, o interveniente referiu que não valeria a pena fazer requerimentos e questionou se valerá a pena considerar o Senhor Presidente da Assembleia como representante, uma vez que foi eleito por maioria e tem a obrigação de representar esta Assembleia junto de vários organismos. Assim, acha que a dignidade do requerimento deverá ter resposta consentânea, a qual não foi dada, uma vez que a mesma implicaria informação sobre dados concretos e sobre os quais gostaria de ver as evidências. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa referiu que, relativamente à questão do projecto "Limpar Portugal", não pode afirmar com certeza se o ofício foi enviado e que a não publicação do voto de louvor na página dedicada a esta Assembleia, no site da Câmara Municipal, foi um lapso que será devidamente corrigido. ----------

- Solicitou o uso da palavra o Senhor António Neves para colocar algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara, citando o documento que a seguir se transcreve: ----------

"A CDU traz a esta Assembleia, algumas questões colocadas recentemente pela população da freguesia de Barcouço, que gostaríamos de ver esclarecidas pelo executivo camarário e as quais passamos a referir: ----------

1 – Pavilhão polidesportivo de Barcouço ----------

Pretendem saber se existe regulamento para a utilização daquela infra-estrutura, a quem se destina, quem faz a sua gestão e quem recebe os proventos. ----------

2 – Conduta de abastecimento de água a Barcouço ----------

Para quando a ligação da conduta de abastecimento de água (Águas de Coimbra), ao depósito elevado de Barcouço, uma vez que os terrenos contíguos para acessos já foram adquiridos. ----------

3 – Casas de banho do Jardim Público ----------

Para quando a construção de casas de banho no Jardim Público de Barcouço? Existe actualmente um contentor no local, que além de não ser adequado, encontra-se encerrado durante o dia. ----------

4 – Fonte da Quinta Branca ----------

Outrora bastante utilizada pela população, as suas águas actualmente não são consumidas, tendo sido colocado aviso de "água imprópria para consumo". Deste modo pretendemos saber exactamente qual o problema que apresenta. -

5 – Oleão em Barcouço ----------

É necessário que o oleão que existe na sede da freguesia, esteja acessível fora das horas de expediente da Junta de Freguesia. ----------

6 – Rua Central de Barcouço ----------

Que se estude a possibilidade de utilização da Rua Central de Barcouço, apenas com um sentido único ascendente, e o sentido descendente se faça pelo caminho das Barrocas e, enquanto esta obra não estiver executada, o mesmo sentido descendente se possa fazer pela variante exterior. ----------

7 – Extensão de Saúde de Barcouço ----------

Para quando a conclusão das obras há tanto tempo prometidas, da Extensão de Saúde de Barcouço?" ----------

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara, começando por responder ao Senhor Luís Brandão que o documento foi respondido, mas não tem bem presente o que terá sido respondido. Provavelmente não foi respondido aquilo que era pretendido, ou o que o PSD quereria. Referiu também que houve diligências por parte da Câmara Municipal e houve inclusivamente, a vinda de um alto responsável do que era o Instituto Português da Juventude, que agora tem outro nome, sugerindo que a Câmara fizesse a Pousada de Juventude para esse organismo gerir. Referiu também que esta opção não tem estado nos planos da Câmara Municipal e que tem algumas reservas pessoais relativamente ao cabimento, neste momento, de uma Pousada de Juventude no Luso. De qualquer forma, esta resposta será revista e se houver alguma informação concreta a acrescentar, esta será prestada. Ressalvou ainda que não houve qualquer intenção de fuga a qualquer resposta e que é do conhecimento de todos que nunca esteve prevista uma Pousada de Juventude em Orçamentos da Câmara nem em Plano de Actividades, com suporte financeiro suficiente para se poder fazer algo de positivo. Relativamente às questões colocadas pela CDU, referiu que o Pavilhão polidesportivo de Barcouço ainda não tem nada do que foi mencionado, uma vez que ainda faltam os arranjos exteriores. Quanto ao facto de já ter sido realizado um jogo naquelas instalações, com autorização do empreiteiro, referiu que a Câmara

assumiu essa responsabilidade, providenciando seguros para esse efeito. Quer com isto dizer que o recinto está em condições para ser utilizado, mas não o edifício no seu todo. Relativamente à conduta de abastecimento de água a Barcouço referiu que o sistema de abastecimento vai ser alterado por força do novo dispositivo de entregas de água das Águas do Mondego. A questão dos terrenos ainda está em processo de aquisição e quando se pergunta se os terrenos já foram adquiridos, esta pergunta já vem com um atraso de 30 anos. Relativamente à Fonte da Quinta Branca, referiu que os fontanários públicos podem ser muito bonitos mas são fontanários que estão ligados a nascentes, que hoje, por razões agrícolas e até de higiene pública, é necessário ter cuidado com a água dessas nascentes. Referiu também que, tanto nas análises que são feitas pela Delegação de Saúde, bem como pela Câmara Municipal, aparece sistematicamente como bacteriologicamente contaminada, tendo sido colocada lá uma placa de água imprópria para consumo. Mencionou ainda que a água da rede é de excelente qualidade, que as fontes são um elemento decorativo e que as pessoas deverão ter o cuidado de não beber água em fontes deste tipo, principalmente junto de localidades. Relativamente à Extensão de Saúde, referiu que a obra foi adjudicada pela Administração Regional de Saúde do Centro e que o empreiteiro já está no local a trabalhar. Referiu ainda que esta é uma obra pública do Estado e não uma obra pública Municipal. Por esta razão, não poderá prestar informações pormenorizadas sobre a obra, sendo apenas a Administração Regional de Saúde do Centro que o poderá fazer. ----------

- Tomou a palavra o Senhor António Neves para ressalvar algumas das suas chamadas de atenção, referindo que a água da fonte da Quinta Branca apresenta uma coloração escura, apontando a população para o possível mau estado das tubagens, sendo uma pena para a população mais antiga, uma vez que a fonte era muito frequentada, até pelas populações vizinhas. Referiu também que não faz sentido que o oleão não esteja disponível fora do horário de expediente, uma vez que se torna praticamente impossível a sua utilização fora do horário estabelecido. Referiu que o contentor colocado no Jardim Público de Barcouço, além de não ser estético, também não apresenta as condições adequadas ao seu uso. Relativamente à Rua Central de Barcouço, referiu que seria uma obra de grande envergadura e que iria aliviar bastante o trânsito naquela Rua, principalmente na Rua de acesso ao Pisão, que algumas vezes chega a ser caótico. Relativamente ao Centro de Saúde, uma vez que as obras já terão sido iniciadas, acredita que não demorarão muito a ser concluídas. Continuou a sua intervenção falando sobre a fusão dos dois agrupamentos de escolas da Mealhada com a escola secundária, a qual leu e a seguir se transcreve: ----------

"A CDU também tomou conhecimento de que a Directora Regional de Educação do Centro convocou, há poucos dias, os órgãos de gestão dos dois agrupamentos de escolas e da escola secundária da Mealhada para lhes impor, como facto consumado, a fusão das três unidades num único agrupamento com "tudo ao monte". ----------

Nas escolas, onde estamos certos que também se sabe destas coisas, não houve tempo para qualquer ponderação, para qualquer discussão sobre esta medida, para a emissão de qualquer parecer. Nem tempo, nem vontade do governo. Aos órgãos de gestão apenas foi comunicada a súbita extinção de agrupamentos e criação de novo agrupamento. Aos profissionais docentes e

não docentes das escolas nada foi perguntado, nada foi dito até os órgãos trazerem o recado dado através da Directora Regional. Os pais são tratados como se este assunto não lhes dissesse respeito. ----------

A Câmara Municipal é um dos parceiros mais importantes em matéria que tem a ver com as escolas do concelho. Está ainda prevista em Lei que a constituição de agrupamentos de escolas carece, entre outros, de parecer da autarquia. A Carta Educativa da Mealhada não aponta, de forma alguma, este caminho de agigantamento das unidades de gestão, de amontoar escolas e alunos e professores com o olho nos cortes. ----------

Em declarações publicadas pelo Jornal da Mealhada a Sr.ª vice-presidente Filomena Pinheiro disse só lhe ter sido dado conhecimento em data em que a DREC, a mando do governo, já tinha consumando a fusão. Tão surpreendente é este relato que ficamos sem perceber se o desentendimento da Sr.ª vice-presidente resulta de uma eventual falha de comunicação no executivo camarário ou, muito pior, se o Governo, o Ministério da Educação e a DREC não passaram cavaco, como costuma dizer-se, à Câmara Municipal. Ficamos ainda sem perceber o resto das declarações da Sr.ª vice-presidente que parece, a todo o custo, querer ainda esperar por coisas boas numa medida desta natureza. ----------

Para um cabal esclarecimento do que está a acontecer e, também, das responsabilidades que cada um deve assumir neste processo, a CDU solicita ao Sr. Presidente da Câmara resposta para as seguintes questões: ----------

1- A Câmara Municipal da Mealhada tomou conhecimento, e quando, desta imposição às escolas do concelho? ----------

2- Foi-lhe pedido parecer pela Administração Educativa, antes de esta comunicar a fusão aos órgãos de gestão? Em que sentido foi o parecer da Câmara e quais foram os seus fundamentos? ----------

3- No caso de ter dado parecer, quem foi ouvido previamente à sua elaboração? ----------

4- Foi convocado o Conselho Municipal de Educação para discutir matéria de tanta gravidade e alcance para as escolas do concelho? Reuniu? Qual o resultado da discussão? ----------

5- O que teve em conta, a Câmara, para a construção do seu parecer? ----------

- A destruição de emprego (trabalhadores docentes e não docentes), incluindo uma estimativa da extinção de postos de trabalho que a medida em causa visa? ----------

- A eventual degradação das condições de trabalho e funcionamento pedagógico resultantes, entre outras coisas, do desmedido aumento da dimensão da unidade em causa? ----------

- Que aspectos e dados teve a Câmara em conta para construir um parecer/opinião? ----------

6- Se não foi ouvida, que posição irá a Câmara tomar, e quando, relativamente ao que está a suceder? Entende a Câmara, como a CDU entende, que este processo devia ser travado imediatamente, principalmente pelas consequências negativas que vai acarretar?" ----------

Interveio também sobre a Fundação da Mata do Buçaco, lendo o documento que a seguir se transcreve: ----------

"Decorrido um ano sobre a criação da Fundação da Mata do Buçaco, e reconhecendo as boas iniciativas que vêem sendo desenvolvidas pelos seus responsáveis, é com bastante preocupação que a CDU tem acompanhado os

últimos desenvolvimentos em relação aos constrangimentos financeiros por que está a passar esta instituição tão relevante para o concelho, para o distrito e, consequentemente, para a região centro do país. ----------
Em declarações públicas proferidas pelo Sr. Presidente da Câmara, alguém estará a faltar aos compromissos assumidos para com a fundação, criando uma situação quase insustentável e, ao que sabemos, não fora a Câmara Municipal, a situação teria já atingido o ponto de ruptura. ----------
Deste modo, a CDU pretende que o Sr. Presidente da Câmara, nos diga quem é que está em falta, e o que é que está a ser feito para solucionar ou, pelo menos, minorar este problema, para que esta jovem fundação possa prosseguir e concretizar os objectivos a que se propôs?" ----------
- O Senhor Presidente da Câmara referiu que a eventual criação de um único Agrupamento de Escolas no concelho, que integra a Escola Secundária de Mealhada, deriva de uma resolução do Concelho de Ministros publicada em Diário da República, Concelho este que tem capacidade de decisão política e administrativa do País. Referiu também que a Câmara ainda não foi formalmente informada da fusão dos Agrupamentos, até porque ela ainda não se deu. Teve sim conhecimento da resolução do Concelho de Ministros e que a Senhora Vice-Presidente esteve presente numa reunião com alguém mandatado pela Direcção Regional de Educação, sobre a eventual fusão dos Agrupamentos Escolares e não só. Relativamente ao fecho de escolas, a Câmara elaborou um documento por escrito, onde fosse apenas permitido o fecho de escolas, cujos alunos fossem transferidos para o Centro Educativo da Pampilhosa, os quais encontrarão melhores instalações do que aquelas que tinham. Referiu também que a Câmara está a preparar a abertura do Centro Escolar no início do próximo ano lectivo, que em termos de edifício está pronto, mas que ainda não está em condições de ser usado. Falta ainda a aquisição do equipamento escolar, que está já em fase de concurso, e o acesso, cujo concurso já foi lançado e adjudicado. A Câmara comunicou também ao Ministério que não aceita o encerramento de escolas do chamado Agrupamento da Mealhada, desde que os alunos não possam ser colocados numa escola com melhores condições do que as que existem actualmente. E verifica-se que não existe nenhuma escola nessas condições, porque são escolas que estão em deficientes condições, mesmo com as obras de manutenção que a Câmara tem feito nestes últimos anos. Nesta medida, o Centro Escolar da Mealhada tem mesmo que ser construído e carece de uma decisão administrativa da Administração Central, relativamente ao local onde irá ser construído e que se arrasta à volta de 3 anos. Relativamente à fusão do mega agrupamento, a Câmara não tomou nenhuma posição porque não lhe foi pedida e entende que exista um determinado tipo de política de centralização. Quanto à questão dos postos de trabalho, não acredita que a junção dos Agrupamentos vá eliminar postos de trabalho, mencionando que existem postos de trabalho que não estão preenchidos. Referiu ainda que a Câmara não aceita a transferência dos funcionários da Secundária para a Câmara, uma vez que existem algumas questões que foram mal resolvidas com o Ministério da Educação, relativamente à questão dos funcionários. Ressalvou ainda que a Câmara tomou a iniciativa de dar a conhecer a sua posição quanto ao encerramento de escolas no Concelho de Mealhada, não se opondo ao fecho das escolas afectas ao Agrupamento de Escolas da Pampilhosa, uma vez que os alunos mudariam para melhor, e opondo-se ao fecho das escolas do

Agrupamento de Escolas da Mealhada enquanto não houver uma alternativa com melhores condições do que aquelas que efectivamente existem actualmente. Relativamente à Fundação Mata do Buçaco, o interveniente referiu que a Fundação tem dois fundadores, a Câmara Municipal da Mealhada e a Administração Central, e que a Câmara cumpriu com o que foi estipulado. Referiu também que a Lei da execução do Orçamento de Estado já saiu e que teve indicação de que parte da verba atribuída no Orçamento à Fundação viria durante o mês de Julho, pelo menos 50% do valor. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Delfim Martins para esclarecer algumas questões colocadas pelo Senhor António Neves, relativamente à freguesia de Barcouço, referindo que a manutenção das fontes existentes é da competência da Junta de Freguesia, embora tenham sido construídas pela Câmara Municipal. Mencionou que estas nascentes são bastante superficiais e que a sua água sai directamente para a bica da fonte, sem qualquer controlo sanitário, uma vez que não existem quaisquer depósitos que permitam esse controlo. Neste caso, a Junta faz um edital informando que a água de nascente não tem controlo sanitário e que é impróprio para consumo. De seguida coloca a respectiva placa na fonte e tira uma fotografia para registo, uma vez que as placas desaparecem rapidamente. O interveniente compreende e agradece a preocupação, reconhece os defeitos apontados e reconhece que todos nós somos culpados pelo estado impróprio dessas águas, devido ao despejo de fossas e dejectos de animais juntos às nascentes e fontes, inclusivamente de outras freguesias. Referiu ainda que estas situações têm sido constantemente denunciadas e continuam impunes. Relativamente ao contentor que serve de casa de banho no Jardim Público de Barcouço, referiu que quem o colocou no local, para servir a população e os eventos que lá se realizem, foi a Junta de Freguesia, e que o mantém fechado para evitar o vandalismo. Relativamente à questão do oleão, o interveniente mencionou que a Junta de Freguesia está aberta todos os dias das 9 horas às 17:30 horas, às quintas-feiras está aberta durante a noite e ainda não foi depositado no oleão 1 dl de óleo. Reforçou também que o mesmo não pode ser colocado fora das instalações da Junta, sob pena de ser utilizado para outros fins que não o seu. ----------

- Tomou a palavra a Senhora Inês Várzeas para colocar algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara a propósito das transformações que advirão da entrada em funcionamento do Centro Educativo da Pampilhosa e quais as suas consequências práticas. Em primeiro lugar, tendo em conta a posição da Câmara Municipal em não encerrar nenhuma escola, desde que não haja uma solução melhor para os alunos, questionou se já foram tomadas quaisquer medidas precavendo o encerramento, ou não, das escolas da Silvã e Vimieira, uma vez que estas têm menos de 21 alunos e a escola de Casal Comba não oferece as condições mínimas necessárias para receber os mesmos. Questionou também quantos Centros Educativos serão construídos no Concelho de Mealhada, qual a sequência e cronologia prevista para a construção dos próximos Centros Educativos, tendo em conta que, aquando da elaboração da Carta Educativa Municipal, estariam previstas as construções de Centros Educativos na Pampilhosa, Mealhada e Luso e de dois mais pequenos em Barcouço e Casal Comba. Pegando no último ponto referido pelo Senhor Presidente da Câmara, relativamente aos transportes escolares e ao apoio que irá ser prestado aos alunos sujeitos à mobilidade escolar, a interveniente questionou que tipo de apoio ao transporte será dado e quais os procedimentos

que deverão ser tomados pelos pais relativamente aos alunos do 1º ciclo que residem em Mala e Lendiosa, os quais passam a frequentar a escola da Pampilhosa, ou relativamente aos alunos de Cavaleiros que passam a frequentar a escola de Barcouço. Questionou ainda se haverá diferenciação no apoio prestado ao transporte dos alunos de uma mesma localidade, pelo facto de uns terem frequentado a escola da aldeia, no ano que agora termina e que agora estão sujeitos à referida mobilidade, e aos outros que se estão a matricular nessa escola pela primeira vez. ----------

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões apresentadas, referindo que as escolas da Silvã e Vimieira não serão encerradas com o parecer favorável da Câmara Municipal, sendo que a parte pedagógica das escolas pertence ao Ministério da Educação. Referiu também que a escola de Barcouço, com as obras que foram efectuadas recentemente, reúne as condições necessárias para receber os alunos da freguesia de Barcouço, incluindo os alunos de Cavaleiros. Relativamente aos Centros Educativos, referiu que a Câmara pretende lançá-los logo que possível, assim que a Câmara reúna as condições em termos técnicos e em termos de terrenos, onde este problema não se coloca no Luso, uma vez que os terrenos junto à escola são municipais. Colocam-se sim na Mealhada, uma vez que uma parte dos terrenos programados para receber o Centro Educativo, pertencente ao IVV (Instituto da Vinha e do Vinho). Mencionou também que o objectivo da Câmara seria lançar os Centros Educativos, na medida do possível, todos de uma vez, pelo que não é só ter projecto, é também necessário ter terrenos, o que pode dificultar o arranque das obras no Centro Educativo da Mealhada. Essas obras são apoiadas pelo Estado, concretamente pelos fundos do QREN. Sublinhou que os apoios do Estado para os Centros Educativos são de 75% para as salas de aula, sendo o refeitório, as instalações desportivas, biblioteca, etc., suportados pela Câmara Municipal. Relativamente aos transportes, referiu que não haverá qualquer distinção entre os alunos do 1º ano e dos restantes anos, da mesma localidade, havendo naturalmente um ponto de encontro, onde os pais os terão que colocar, e um ponto de entrega ao final do dia, onde os pais os terão que ir buscar. Confirmou também que a escola de Cavaleiros irá encerrar e que os seus alunos passarão a frequentar a escola de Barcouço, estando já a decorrer diversas reuniões nesse sentido e que o transporte dos alunos de Silvã e Vimieira para a escola de Pampilhosa, tal como, se necessário, dos alunos de Cavaleiros para a escola de Barcouço, será assegurado dentro das normas de segurança que são exigidas e de forma diferenciada dos alunos do 2º e 3º Ciclo, que são transportados pelos autocarros da Transdev. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa recebeu 3 propostas da CDU, sendo a primeira um voto de pesar, a qual leu e a seguir de transcreve: ----------

VOTO DE PESAR

A CDU propõe à Assembleia Municipal de Mealhada um voto de pesar pela morte de José Saramago, um grande escritor, uma figura portuguesa que ganhou dimensão mundial, e que, com a sua obra, foi um permanente defensor da causa dos mais pobres e desfavorecidos. ----------

Pela CDU ----------

António José Breda e António N. Neves ----------

A proposta foi colocada à votação e foi aprovada por maioria, com 22 votos a favor e 7 abstenções. ----------

Continuou dando a conhecer a segunda proposta apresentada pela CDU, a qual leu e a seguir se transcreve: ----------

VOTO DE PESAR

A CDU propõe à Assembleia Municipal de Mealhada um voto de pesar pela morte de Edmundo Lopes Machado, comandante dos Bombeiros Voluntários de Mealhada nos períodos de 1954 a 1966 e de 1973 a 1981, que faleceu no passado dia 20 de Julho, numa homenagem ao homem, ao cidadão, que também foi militante do PCP, e dedicou grande parte da sua vida à causa pública e ao bem comum. ----------

Pela CDU ----------

António José Breda e António N. Neves ----------

A proposta foi colocada à votação e a mesma foi aprovada por unanimidade. ---

Deu também a conhecer a terceira proposta apresentada pela CDU, relativa à fusão do Agrupamento de Escolas do Concelho de Mealhada, a qual solicitou ao Senhor António Neves que procedesse à sua leitura e a seguir se transcreve: ----------

MOÇÃO

FUSÃO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE MEALHADA

A Assembleia Municipal da Mealhada, reunida a 30 de Junho de 2010, expressa a sua discordância pela iniciativa do governo de impor a fusão dos dois agrupamentos de escolas e da escola secundária de Mealhada, pretendendo, unilateralmente, a criação de uma unidade única, de despropositada dimensão, no concelho. Desde já, a Assembleia manifesta as suas profundas preocupações pelas consequências previsíveis desta medida, consequências que aconselham a rápida suspensão do processo. ----------

A retórica pelo governo para promover esta imposição (adequação de projectos educativos à escolaridade de 12 anos, articulação de níveis e ciclos de ensino, conforme consta da Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010) não esconde os efeitos que a medida visa, nomeadamente a redução de postos de trabalho possibilitada pelo aumento de escala do agrupamento único que está em vias de ser imposto na Mealhada. Não esconde, também, outras consequências muito negativas que são escamoteadas no processo. Entre elas, a desumanização da organização escolar, o agravamento de fenómenos de indisciplina, o distanciamento e mecanização da gestão, os disfuncionamentos pedagógicos decorrentes da massificação do trabalho nas escolas, etc., etc. Este é um mau caminho que, para além da promoção de situações de desemprego e de instabilidade profissional, não melhora as escolas da Mealhada; não serve o sucesso educativo das crianças, jovens e adultos do concelho; não promove a qualidade da Escola Pública na Mealhada.

A Assembleia Municipal da Mealhada protesta também pela forma com o Ministério da Educação está a promover este processo, através da Direcção Regional de Educação do Centro. O Ministério não ouviu ninguém no concelho, não solicitou qualquer parecer; não dialogou, apenas comunicou de forma impositiva a fusão, num primeiro momento, às direcções dos agrupamentos e da escola secundária; revelou uma desconsideração total por todos os intervenientes num processo desta natureza, em particular um evidente desrespeito pela autarquia. ----------

A Assembleia Municipal da Mealhada denuncia também o facto de a imposição em apreço nada ter a ver com o conteúdo da Carta Educativa da Mealhada em

vigor, desrespeitando grosseiramente as concepções de territórios educativos que ali foram firmadas. Não se compreende a discussão, elaboração e aprovação de instrumentos como a Carta Educativa para, de seguida, unilateralmente, o governo impor as soluções que, sozinho, arquitecta para alcançar objectivos alheios aos interesses do concelho. ----------

A Assembleia Municipal da Mealhada denuncia, ainda, a insanável contradição entre a retórica da responsabilização e da transferência de competências para as autarquias, na área da Educação, e a imposição a que estamos a assistir, sem qualquer consulta e muito menos diálogo. Trata-se de uma reprovável manifestação de desrespeito pelo concelho da Mealhada. ----------

A Assembleia Municipal exige a suspensão imediata da fusão dos dois agrupamentos e da escola secundária da Mealhada, a tempo de, nas escolas, poder prosseguir com a necessária tranquilidade e preparação do próximo ano lectivo e de se evitarem as consequências negativas que desde já se vislumbram. Exige respeito pela Carta Educativa e também esclarecimentos cuidados do Ministério da Educação sobre a sua actuação, bem como ponderação, diálogo e envolvimento dos parceiros educativos em torno das questões de reordenamento da rede. ----------

A Assembleia Municipal da Mealhada mandata o seu presidente para que proceda à divulgação desta moção junto da Sr.ª Ministra da Educação, Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República, Direcção Regional de Educação do Centro, escolas e agrupamentos do concelho e comunicação social, em particular a local. ----------

Mealhada, 30 de Junho de 2010 ----------

Os Deputados da CDU ----------

António José Breda ----------

António N. Neves ----------

O Senhor Presidente da Mesa colocou esta proposta à discussão. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Rui Marqueiro para referir que o PCP está sempre contra qualquer reforma que se tente fazer em Portugal. O interveniente apelou à calma e referiu que não entende em que é que a fusão dos Agrupamentos de Escolas vai contra o que está estipulado na Carta Educativa, uma vez que ela apenas se refere a um conjunto de equipamentos que servirão a população escolar de forma diferente e melhor do que antes. Sublinhou que esta reformulação não vai contra a Carta Educativa e o que importa é que o Ministério da Educação, admitindo que com alguns excessos, tem procurado mexer no sector da educação e reformular o sistema educacional, que chegou ao nível 0 em Portugal e tem formado ignorantes nos últimos 20 anos. Referiu também que deveríamos ver as reformas, ou as tentativas de reforma, com olhos de quem vê e que se deveria esperar, até porque o Senhor Presidente da Câmara já tinha dito que, atendendo ao Município, irá estar atento a aquilo que o Ministério da Educação quer fazer. Neste sentido, o interveniente referiu que não poderá apoiar esta moção. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Mano Soares para referir que não poderia estar mais de acordo com o Senhor Rui Marqueiro, quando disse que nos estamos a tornar num País de ignorantes, mas tem as suas sérias dúvidas de que a solução desse problema sejam os mega agrupamentos escolares. Os mega agrupamentos fazem lembrar os Hospitais da Universidade de Coimbra, que são um elefante branco completamente ingovernável. Na sua opinião, tudo o que excede um determinado tamanho, torna-se de difícil gestão e isto será

verdade em relação aos hospitais, às empresas, às escolas e até em relação a certos países. Nomeadamente na educação, o ensino de proximidade tem várias vantagens. Em primeiro lugar, as crianças não terão que efectuar grandes distâncias, diminuindo assim o risco de acidentes e como pediatra está bastante interessado em saber quais serão as medidas de segurança do transporte das crianças do 1º Ciclo. Referiu que esta medida não visa o melhoramento do ensino, nem da aprendizagem, visa apenas o economicismo e nesse sentido, tendo em conta a intenção desta moção, vai se abster à mesma. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Guilherme Duarte para referir que, na qualidade de docente há mais de 20 anos e pela experiência pedagógica que tem, este é um assunto particularmente grave, atendendo a dois ou três pressupostos que pensa já terem sido falados e atendendo que a criação deste mega agrupamento vai reduzir cargos de direcção e postos de trabalho no concelho, nomeadamente na parte administrativa, uma vez que ela não vai ser necessária nas três escolas. Referiu também que é professor nas áreas da matemática e das ciências experimentais, que só na sua escola são 25 professores das mesmas áreas, e que com a criação do mega agrupamento passarão, provavelmente, a ser 75 professores das mesmas áreas nas três escolas, sendo praticamente impossível, um grupo de 75 pessoas, conseguir planificar qualquer actividade para trabalhar. Referiu ainda que não se pode esquecer que andaram, há um ano atrás, a preparar o conselho geral, novo órgão máximo de gestão escolar, que o mesmo vai ser extinto e que a parte pedagógica das escolas vai ser posto em causa. Neste sentido, o interveniente é completamente a favor da moção apresentada pela CDU. ----------

- Tomou a palavra o Senhor António Neves para referir que se o Senhor Rui Marqueiro fosse funcionário administrativo de uma das escolas visadas, estaria provavelmente muito preocupado com esta situação. Sublinhou também que esta medida vai diminuir inevitavelmente os postos de trabalho, vai diminuir a qualidade de ensino e, em termos pedagógicos, vai ser um desastre. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Mano Soares para esclarecer que se absterá da moção por não concordar na totalidade com o articulado usado como justificativo da moção quanto à questão da diminuição dos postos de trabalho e da instabilidade profissional. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa colocou a moção à votação e a mesma foi aprovada por maioria com dez votos a favor, três votos contra e dezasseis abstenções. ----------

Leu também o voto de repúdio apresentado pelo Senhor Jorge Carvalho, o qual a seguir se transcreve: ----------

VOTO DE REPÚDIO

Voto de Repúdio pelo comportamento do Exmo. Senhor Presidente da República no falecimento do nosso Prémio Nobel José Saramago. ----------

Mealhada, 30 de Junho de 2010. ----------

Jorge Carvalho ----------

- Tomou a palavra o Senhor Mano Soares para referir que se irá abster a esta proposta pelo facto de não ter qualquer articulado justificativo, apesar de ter votado favoravelmente o voto de pesar por óbito de José Saramago, de ser da opinião de que o Senhor Presidente da República devesse estar presente na cerimónia fúnebre e discordasse em muitos pontos com José Saramago. --------

- Tomou a palavra o Senhor Jorge Carvalho para referir que concorda com o que foi mencionado pelo Senhor Mano Soares e que foi precisamente este pensamento que motivou a apresentação desta proposta. ----------
O Senhor presidente da mesa colocou a proposta à votação e a mesma foi aprovada por maioria com dez votos a favor, seis votos contra e treze abstenções. ----------
- Tomou a palavra o Senhor Bruno Coimbra para apresentar a sua declaração de voto contra, referindo que pode-se ou não gostar da atitude do Senhor Presidente da República, mas quando se leva a Assembleia Municipal da Mealhada a tomar uma posição de força, aprovando um voto de repúdio, ela tem que ser no mínimo coerente. Neste sentido, o interveniente não viu essa coerência por parte de quem aprovou o voto de repúdio, ao verificar que nenhum dos visados fez qualquer menção à ausência da segunda figura de Estado, o Senhor Presidente da Assembleia da República, Dr. Jaime Gama, na cerimónia fúnebre de José Saramago, o que é no mínimo incompreensível. -----
- Tomou a palavra o Senhor António Neves, sobre a Fundação da Mata do Buçaco, para referir que, segundo informações que lhe foram fornecidas, a Câmara Municipal disponibilizou 25.000€ à Fundação. Na sua opinião é um valor insuficiente e dá a entender que os responsáveis terão ordenados em atraso. Neste sentido, questionou o Senhor Presidente da Câmara se o responsável por esta situação seria o Ministério da Agricultura. Relativamente à questão do transporte dos alunos do 1º ciclo para o Centro Educativo da Pampilhosa, o interveniente questionou se a Câmara Municipal iria sofrer novos encargos orçamentais ao assegurar este transporte. ----------
- O Senhor Presidente da Câmara reforçou que existem dois fundadores da Fundação Mata do Buçaco, os quais são a Câmara Municipal e o Ministério da Agricultura. Reforçou ainda que a Câmara Municipal cumpriu os compromissos que estavam estipulados no seu plano de actividades e no orçamento. Relativamente à questão do transporte, o interveniente referiu que a Câmara Municipal já é responsável pelos transportes escolares do concelho há mais de 20 anos, o que não mudará relativamente ao transporte dos alunos do 1º ciclo. Não confirmou se haverá ou não um aumento do encargo orçamental para esta matéria. ----------
- Tomou a palavra o Senhor Bruno Coimbra, relativamente ao tema Pousada da Juventude, para dar um ponto de situação quanto a este tema, referindo que pode-se estar ou não de acordo se uma Pousada de Juventude seria importante para o concelho. O interveniente é da opinião que sim, por diversas razões, nomeadamente porque atrai turismo, é bom para os jovens, a entidade gere bem este tipo de estruturas, seria importante para o Luso com a reabilitação de um prédio devoluto (Hotel Serra), entre outras razões, que o Senhor Presidente da Câmara poderá ou não concordar. Referiu também que a Câmara poderá estar ou não de acordo se deverá fazer, ou não, este tipo de investimento e se este é comparticipado a um nível aceitável ou não. Acreditando que seria possível instalar uma Pousada de Juventude no concelho, por todas as razões atrás apresentadas, referiu que no ano de 2005, o interveniente e um grupo de jovens escreveram no seu manifesto eleitoral esta intenção, ao contrário do Senhor Presidente da Câmara, que tem todo o direito de não seguir este caminho. No entanto, referiu que o Senhor Presidente da Câmara, quando foi interpelado pela primeira vez, em 2005, sobre este assunto, passou a ideia de que a Câmara estaria empenhada, até

às declarações de hoje, em garantir esta iniciativa, ou eventualmente estaria inicialmente interessada e, mediante as condições apresentadas, deixou de ter esse interesse, o que é compreensível. Mas o que está em causa é que quando a Assembleia Municipal remete um requerimento escrito à Presidência da Câmara da Mealhada, exercendo um direito e um dever para com quem a elegeu, esta espera que o mesmo seja respondido da mesma forma, no prazo de 15 dias, tal como o previsto na lei, com o mesmo respeito que foi prestado. Expôs que foi apresentado um requerimento à Presidência da Câmara da Mealhada, no dia 3 de Fevereiro de 2010, o qual passou a citar:"*Vimos por este meio e por seu intermédio solicitar informação precisa relativamente às possíveis diligências que os Executivos Municipais tenham, nos últimos anos, tomado junto do Governo, mais concretamente nas entidades coordenadoras das Pousadas de Juventude relativamente ao interesse do Município de Mealhada em acolher uma Pousada de Juventude, bem como o teor das respostas obtidas.*" Assumindo que a Câmara teria o mesmo interesse, o que pelos vistos não, foram pedidas informações precisas através de um requerimento escrito. Reiterou o mesmo pedido e exigiu que a resposta fosse dada também por escrito. O interveniente mencionou também que, no dia 4 de Junho, a Presidência da Câmara responde ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passando a citar: *"Relativamente ao requerimento apresentado pelo senhor membro da Assembleia Municipal, Dr. Luís Brandão, referente ao assunto Pousadas de Juventude, informo V.ª Ex.ª que o mesmo foi respondido na Assembleia Municipal de 16-04-2010. Os meus cumprimentos, Carlos Cabral."* Neste sentido, o interveniente questionou como é que foi possível ter sido enviado um documento escrito como resposta quando o mesmo já tinha sido respondido na sessão da Assembleia Municipal. Referiu também que o Senhor Presidente da Câmara ficou incomodado com o termo generalidades, utilizado pelo seu Senhor Luís Brandão, termo este que se refere exactamente à resposta que foi dada na Assembleia Municipal de 16 de Abril de 2010. Para reforçar o exposto, o interveniente citou a acta: *"O Senhor Presidente Câmara respondeu à intervenção do Senhor Luís Brandão referindo que não se lembra se recebeu ou não o requerimento sobre Pousadas de Juventude e uma vez que entram centenas de requerimentos na Câmara Municipal, certamente não se poderá lembrar de todos. Referiu também que se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que reencaminhou o dito requerimento, dá como certo ter recebido o mesmo."* O interveniente realçou que a resposta dada pelo Presidente da Câmara, não foi resposta a requerimento nenhum, atendendo ao facto de, nesta sessão, ter efectivamente respondido que a Câmara Municipal tinha encetado conversações com entidades e entendeu, dadas as condições apresentadas, que a Câmara não tenha demonstrado interesse. No entanto, exigiu que essa resposta seja dada por escrito, de acordo com o respeito que este órgão municipal merece, para evitar que o caso se alongue, sem informações concretas. A respeito ainda das respostas, o interveniente é da opinião de que poderá haver alguma falta de articulação entre os órgãos autárquicos, daí ser importante que as respostas sejam dadas por escrito, quando os requerimentos são feitos por escrito, para que as questões que não são colocadas não corram o risco de não ser respondidas. Tal como acontece com algumas questões que são colocadas pela bancada da CDU que, por diversas razões, ficam algumas delas sem resposta, nomeadamente na última sessão da Assembleia Municipal,

relativamente a uma questão colocada quanto às medidas levadas a cabo pela Fundação da Mata do Buçaco, na época da Páscoa, cobrando a portagem de entrada na Mata do Buçaco, apesar da sua autonomia. Assim sendo, o interveniente pediu, daqui em diante, que houvesse um comportamento diferente por parte da Presidência da Câmara Municipal, relativamente à questão de requerimentos escritos. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, tendo este dispensado a mesma. De seguida, deu a palavra ao Senhor Guilherme Duarte, apelando para que a sua intervenção seja breve, uma vez que o período antes da Ordem do Dia já ultrapassou largamente a sua hora. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Guilherme Duarte para lembrar que o Senhor Presidente da Mesa tem competência para cortar a palavra aos membros da Assembleia que se alonguem em demasia nas suas intervenções, evitando que a própria sessão da Assembleia se alongue em demasia. Dirigiu também uma palavra ao Senhor Presidente da Câmara, referindo que se fosse uma pessoa estranha ao Concelho, teria a sensação de que o Executivo Camarário era um caos. Assim, não entende o que é que a população anda a fazer, uma vez que não foi há muito tempo que a população votou massivamente nas últimas eleições. Apelou a todos os presentes para, em vez de discutir o acessório, se discutir o essencial de forma mais prática e construtiva para que tudo corra pelo melhor. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrado o período antes da Ordem do Dia e deu início à Ordem de Trabalhos desta sessão. ----------

1 – VOTAÇÃO DA ACTA 4 DA SESSÃO REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2010: O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação, a Acta nº. 4 da Sessão Ordinária da Assembleia, realizada em 16 de Abril de 2010. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Luís Brandão para corrigir a data redigida na página 17, linha 3, que passará a constar 4 de Fevereiro de 2010 e não 4 de Março de 2010. ----------

- Interveio o Senhor Mano Soares para referir que, por vezes, ao ler a acta da sessão anterior, apercebe-se de que poderia ter estado distraído em determinado momento da sessão. Assim, relativamente à intervenção feita pelo Senhor Rui Marqueiro referente à proposta de publicação dos benefícios fiscais, em sede de IMI, redigida na página 12, e dirigida ao Senhor Pedro Duarte, passando a citar *" o Senhor Rui Marqueiro referiu que concordava com a proposta apresentada pelo Dr. Pedro Duarte se o Ministério das Finanças se dirigir a todos os contribuintes deste País, indicando-lhes todos os benefícios fiscais que existem nos Estatutos dos Benefícios Fiscais"*, mencionou que ficou com a ideia absurda de que o Senhor Rui Marqueiro seria de acordo que as pessoas não beneficiassem de isenções por ignorância. Na mesma intervenção, mencionou que o Senhor Rui Marqueiro, experiente político que é, chutou para canto, passando a citar da seguinte forma: *"manifestando estranheza por o Senhor Pedro Duarte estar preocupado com um imposto de receita municipal e não com os que são receita da Administração Central, onde seria também interessante estar preocupado com esses impostos"*. Referiu ainda que o Senhor Pedro Duarte respondeu categoricamente, mencionando que mais ninguém senão o Senhor Rui Marqueiro tem responsabilidade no

aspecto que tinha referido, uma vez que o mesmo foi deputado na Assembleia da República e não levantou esse problema. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa questionou o Senhor Mano Soares se este subscrevia as intervenções que citou ou se estas careceriam de alguma correcção, tendo o visado respondido que a sua intervenção foi apenas um comentário à acta. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Vítor Matos para referir que este ponto serve para aprovar ou não a acta, ou para mencionar se existe alguma intervenção a corrigir e não para comentar o que tenha sido dito na sessão anterior. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Jorge Carvalho para reforçar o que foi dito pelo Senhor Vítor Matos, mencionando que neste ponto não se deveriam fazer comentários à acta. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Mano Soares para pedir desculpa aos membros da Assembleia, uma vez que não tomou conta que o seu comentário à acta seria despropositado. ----------

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou a acta nº 4 à votação e a mesma foi aprovada por maioria, com 26 votos a favor e 2 abstenções. Mencionou também que houve um voto a menos por ausência do Senhor Bruno Coimbra. ----------

2 – INFORMAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL: ----------

Conforme o previsto na alínea e) do n.º 1, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, passo a informar a Assembleia Municipal, através do seu Exmo. Presidente, acerca da Actividade Municipal após a Sessão Ordinária de 16 de Abril de 2010: ----------

OBRAS EM FASE DE PROJECTO

- Recuperação do Pontão de Várzeas; ----------
- Beneficiação de Arruamento no Luso – Catraia Norte/Catraia Sul; ----------
- Reabilitação da Rua das Ferrugens e Largo do Cemitério na Antes; ----------
- Adutora Lameira de Santa Eufémea – Centro de Estágios do Luso; ----------
- Adutora e Estação Elevatória do Carqueijo; ----------
- Avaliação Estrutural do Estaleiro de Mealhada; ----------
- Requalificação da Zona Central de Barcouço; ----------
- Requalificação da Zona Central de Casal Comba; ----------
- Reformulação do Mercado Municipal de Pampilhosa; ----------

OBRAS EM FASE DE CONCURSO

- Construção da Via de Acesso ao Centro Educativo da Pampilhosa; ----------
- Equipamento Informático e Áudio Visual para o Centro Educativo da Pampilhosa; ----------

OBRAS EM FASE DE ADJUDICAÇÃO/CONSIGNAÇÃO

- Recuperação do Pontão de Várzeas; ----------
- Mobiliário e Sinalética para o Centro Educativo de Pampilhosa; ----------
- Equipamento de Cozinha para o Centro Educativo de Pampilhosa; ----------

OBRAS EM CURSO

- Equipamento de Apoio ao Parque da Cidade – Mealhada; ----------
- Bairro Social do Canedo – Reabilitação de 20 fogos; ----------
- Centro Educativo da Pampilhosa; ----------
- Pavilhão Polidesportivo de Barcouço; ----------
-Infra-estruturas da Zona Industrial da Pedrulha (2ª fase); ----------
- Requalificação do Largo de São Martinho em Arinhos; ----------
- Arranjo da Envolvente ao Campo de Futebol Municipal de Pampilhosa; ----------
- Arranjo da Envolvente à Zona Desportiva da Mealhada; ----------

Mealhada, 11 de Junho de 2010 ----------

O Presidente da Câmara (Carlos Alberto da Costa Cabral) ----------
Esta informação escrita do Senhor Presidente da Câmara foi acompanhada dos elementos relativos à informação educativa, ambiental, desportiva, acção social e situação financeira do Município. ----------
- O Senhor Presidente da Mesa perguntou aos senhores membros da Assembleia Municipal, se queriam colocar alguma questão sobre a informação apresentada. ----------
- Pediu a palavra o Senhor Luís Brandão, antes de tecer qualquer intervenção sobre este ponto, para lembrar o Senhor Presidente da Mesa que está previsto no Regimento, no período antes da ordem do dia, a obrigatoriedade dos elementos da Assembleia Municipal que são representantes noutros organismos, de dar a conhecer as suas actividades nos mesmos aos restantes deputados, o que não veio a acontecer. Assim, questionou o Presidente da Mesa quando é que este assunto será discutido. ----------
- O Senhor Presidente da Mesa pediu imensa desculpa pelo esquecimento e referiu que este assunto será discutido antes da apresentação do Projecto dos Novos Paços de Concelho para que este ponto não seja interrompido. ----------
- Interveio o Senhor Luís Brandão para referir que a informação prestada relativamente à Educação, Ambiente, Desporto e Acção Social melhorou consideravelmente. No entanto, lamenta a desistência da secção de Cultura na presente informação. Relativamente ao reconhecimento do interesse público municipal de terrenos para Alcides Branco & C^{a}, aprovado na sessão que ocorreu no dia 30 de Abril de 2009, para que estes pudessem pedir a utilização não agrícola de solos pertencentes à Reserva Agrícola Nacional, questionou qual o ponto de situação deste processo e, concretamente, sobre o projecto para a construção de infra-estruturas para a diminuição de poluição que aquela unidade industrial emite. Relativamente a uma questão levantada na sessão de 19 de Junho de 2009, questionou qual a utilidade do pequeno edifício existente junto das casas de banho públicas, na Av. Emídio Navarro, onde o Senhor Presidente da Câmara respondeu que o edifício iria sofrer obras (foi pintado) e que se destinava a ser utilizado pela GNR, nos períodos de Verão, e como um posto de Turismo, nos restantes períodos. Referiu ainda que passa no local todos os dias e, passado um ano, não verificou qualquer utilização do edifício. Salientou que já não consta a obra de requalificação da Av. Emídio Navarro na informação prestada à Assembleia Municipal e questionou se a requalificação do edifício em causa já está concluída. Sugeriu também que os assuntos sobre lavadouros, fontanários, etc., sejam discutidos neste ponto, para uma melhor organização dos trabalhos e para que a hora do período antes da ordem do dia possa ser utilizada para assuntos mais gerais. ----------
- Interveio o Senhor Bruno Coimbra, relativamente ao Conselho Municipal de Juventude, para referir que o Regulamento já foi aprovado no ano passado, os grupos partidários já nomearam os seus representantes em Janeiro, e questionou quando é que o referido Conselho entrará em funcionamento, afirmando também que seria interessante convocar também as associações juvenis que marcaram presença no anterior Conselho, para nomearem os seus representantes para o novo Conselho. ----------
- Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo que não tomou a intervenção do Senhor Luís Brandão como questões, mas sim como sendo uma indicação e uma crítica construtiva. Confirmou ainda que a obra de requalificação da Av. Emídio Navarro não se encontra ainda concluída.

Relativamente à questão da entidade Alcides Branco & Cª, o interveniente referiu que houve a necessidade de se cumprir um preceito legal relativamente à desanexação dos terrenos da Reserva Agrícola Nacional. Referiu ainda que não tem a seu cargo o pelouro das obras particulares e passou a palavra ao Senhor Vereador José Calhoa. ----------

- O Senhor José Calhoa tomou a palavra para referir que só com o interesse municipal foi possível que a Reserva Agrícola desafectasse os terrenos que estavam afectos para determinado fim e utilizados para outro. Referiu ainda que o processo foi feito, os terrenos foram desanexados e está legalizado. Referiu também que o Sr. Alcides já tem o licenciamento para a ETAR e poderá iniciar a obra, assim como o pavilhão coberto, no local onde se encontra o depósito de resíduos, junto à estrada, para minimizar os cheiros. Instalou também um lavador de gases que, segundo as pessoas locais, não está a 100% mas as melhorias são significativas. As descargas que estão a ser efectuadas têm sido controladas e têm estado dentro da legalidade. Neste momento, apenas se encontra pendente a questão do pavilhão. Tudo o resto encontra-se legalizado junto do CCR e a fábrica tem sido controlada pelo Ministério do Ambiente. No entanto, existem queixas, sendo algumas delas por parte da Câmara Municipal, mas a situação tem melhorado imenso. ----------

Antes de dar início a ponto seguinte, o Senhor Rui Marqueiro pediu a palavra para propor que se alterasse a Ordem de Trabalhos, passando os pontos 5 e 7, respectivamente, a constar como pontos 3 e 4 da respectiva Ordem de Trabalhos. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém se queria pronunciar sobre esta sugestão. ----------

- Interveio o Senhor Carlos Pinheiro para referir que não se opõem à alteração proposta. ----------

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou a proposta à votação e a mesma foi aprovada por maioria com vinte e seis votos a favor, um voto contra e duas abstenções. ----------

3 – REGULAMENTO DA VENDA DE LOTES DE TERRENO DA ZONA INDUSTRIAL DA PEDRULHA – 2ª FASE: - O Senhor Presidente da Mesa mencionou que foi distribuído um documento a todos os membros da Assembleia Municipal, para ajudar na compreensão deste ponto e cedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. ----------

- O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para referir que este Regulamento, o qual foi aprovado na Câmara, é igual ao Regulamento da venda de lotes de terreno da Zona Industrial da Pedrulha da 1ª Fase, salvo algumas pequenas alterações de ordem legislativa. Enalteceu ainda que o documento adicional, planta da Zona Industrial da Pedrulha – 2ª Fase, ajuda a esclarecer e a ter uma noção concreta do que é a 2ª Fase da Zona Industrial. --

- Interveio o Senhor Carlos Pinheiro para referir que, apesar do custo dos terrenos da 2ª fase ser exactamente igual ao da 1ª Fase (28€) e, eventualmente ter havido custos acrescidos que indicassem um aumento no preço de custo dos lotes de terreno, existem algumas questões que incomodam. Questões que têm a ver com o contributo das empresas do concelho para a receita da Câmara Municipal, juntamente com o orçamento e com os fundos comunitários, que permitiu à mesma a compra e infra-estrutura dos terrenos da Zona Industrial. Reforçou que a Zona Industrial se encontra muito bem localizada devido à sua proximidade com a Auto-Estrada. Acontece

que as empresas que efectivamente contribuíram para a construção do loteamento da Zona Industrial da Pedrulha, na altura de participarem na aquisição por necessidade de expansão e tendo em conta o índice de construção (50%), não conseguem adquirir os mesmos. Assim, as pequenas e microempresas do concelho, que têm necessidade de sair de onde estão para crescer, para dar melhores condições aos seus trabalhadores e gerar mais oportunidades de negócio, têm grande dificuldade para o fazer. Neste sentido, o interveniente lançou o desafio à Câmara Municipal para que, o mais rapidamente possível, criar um espaço destinado às empresas do concelho, a preço reduzido e com lotes mais pequenos, uma vez que os lotes existentes têm uma área considerável. Referiu ainda que é necessário pensar rapidamente neste desafio e ter alguma atenção às micro e pequenas empresas do concelho, onde os seus empresários estão a fazer um esforço enorme para as manter em funcionamento e muitas delas se localizam em locais onde não deveriam estar, não que sejam poluidoras em termos ambientais, mas sim poluidoras em termos sonoros, sob pena de se esgotar rapidamente o parque industrial, como aconteceu na 1ª fase. Por outro lado, a grande maioria das empresas que irão para o parque industrial são de fora, o que é bom, mas também é bom que não se descurem as empresas do concelho, que contribuíram para a geração de riqueza que permitiu a construção do referido parque industrial. ----------

- Interveio o Senhor Jorge Carvalho para referir que esteve debruçado sobre este assunto durante algum tempo e chegou às seguintes conclusões: que a Câmara não tem interesse financeiro na venda dos lotes, porque esta encontra-se numa boa situação económica, é contra as pessoas que dizem que o parque industrial não contribui para o desenvolvimento local e que se os lotes de terreno estivessem a um preço inferior, a Câmara correria o risco de haver algumas pessoas que se pudessem aproveitar do que não é deles, comprando mais barato para vender posteriormente mais caro. ----------

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou o Regulamento da venda de lotes de terreno da Zona Industrial da Pedrulha – 2ª Fase à votação e o mesmo foi aprovada por unanimidade. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -

4 – APRESENTAÇÃO DO PROJECTO DOS NOVOS PAÇOS DO CONCELHO: - O Senhor Presidente da Mesa deu início à apresentação do projecto, apresentado pelos Senhores Ricardo Carvalho, Manuela Fernandes, Paulo Gata e Paulo Santos. ----------

No final da apresentação, o Senhor Presidente da Mesa deu início ao período de esclarecimento dos membros da Assembleia Municipal, junto dos responsáveis pelo projecto. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Rui Marqueiro para questionar qual o orçamento global da intervenção no edifício, a custos actuais, e qual a análise do custo/benefício da totalidade do investimento. ----------

- Interveio a Senhora Manuela Fernandes para referir que este trabalho foi faseado em três partes, todas elas foram objecto de medição de uma orçamentação e que não tem consigo o valor das três parcelas, nem do total da intervenção. Relativamente à análise do custo/benefício, referiu que essa explicação foi dada pelos Senhores Paulo Santos e Paulo Gata, no sentido em que todo o investimento inicial será revertido em benefícios com as poupanças energéticas e de todo o sistema implementado no edifício. ----------

- Interveio o Senhor Paulo Gata para referir que a análise ao custo/benefício é uma análise multi-critério e que poderá sobrevalorizar o peso social ou o peso energético ou outro qualquer. Na sua opinião, não sendo da Mealhada, nem político na Mealhada, existe um problema que tem que ser resolvido e esse problema tem um peso. A nível dos sistemas e das soluções encontradas, todas elas foram avaliadas tendo em conta as taxas de desconto e valores expectáveis da inflação da evolução dos preços de energia para todas as soluções incorporadas. No global, terá que ser a Câmara e a Assembleia Municipal a decidir se quer continuar com o edifício apresentado, ou se quer um edifício que consiga agregar todas as secções. Reforçou que todas as soluções foram analisadas, com vales de retorno na ordem dos 5 a 8%, em períodos relativamente curtos, entre 6 a 8 anos. ----------
- O Senhor Rui Marqueiro questionou se existe a condução dos estudos de sensibilidade. ----------
- O Senhor Paulo Gata respondeu que não foi pedida a condução dos estudos de sensibilidade, mas o grupo de métodos de apoio à decisão, que tem uma larga experiência nessa área, está disponível fazer essa análise, caso seja pedida. ----------
- Interveio o Senhor Pedro Duarte para questionar qual o número máximo de funcionários previstos para o qual este edifício foi projectado. ----------
- O Senhor Paulo Santos respondeu que no início do projecto foi feito esse levantamento, mas não tem presente um número certo. Este número está integrado no processo, mas pode dizer que o edifício foi projectado para que o problema de lotação da sua ocupação não seja um problema nos primeiros 30 anos. ----------
- Tomou a palavra o Senhor Guilherme Duarte para referir que, para a dimensão do concelho e atendendo à sua realidade, esta é uma obra grandiosa. Referiu também que viu soluções modernas e ficou curioso como é que se vai construir seja o que for debaixo de um edifício centenário, o que deve ser extraordinariamente difícil, e que o conceito de edifício barato é muito relativo e depende das bolsas de cada um. Relativamente à questão das energias renováveis, sendo um defensor do ambiente, não está totalmente de acordo com algumas delas, nomeadamente da energia solar e dos painéis foto voltaicos, podendo ser discutível a sua dimensão. Quanto à durabilidade do edifício, seria muito mau se ao fim de trinta anos estivéssemos preocupados com o estado da construção. De qualquer das formas, esta é uma solução muito boa e espera que saia o euromilhões à Câmara Municipal para que seja feita uma obra excepcional. ----------
- Tomou a palavra o Senhor Paulo Gata, desfazendo alguns equívocos relativamente às energias renováveis, para referir que não é contra, mas existem coisas que são inquestionáveis. Quando existem sistemas de electricidade que produzem energia na ordem dos 80 a 90% e os valores produzidos pelos painéis solares foto voltaicos não ultrapassam os 12 ou os 16%, nunca poderão ser competitivos. Referiu também que é um grande defensor do solar térmico e só não vai ser mais aposta, porque aquilo que produziu melhores resultados foi as trocas de geotermia com furos. Relativamente ao custo do edifício, nos sistemas activos de apoio, o interveniente referiu que o acréscimo de preço é muitíssimo baixo, tendo em conta a classificação energética do edifício (Classe A) que, dependendo do comportamento que as pessoas tenham dentro do edifício, terá uma redução

de consumo entre os 50% e os 75%, a qual é uma redução muito significativa quando se tratam de facturas na ordem das dezenas ou das centenas de milhares de euros. ----------
- Interveio o Senhor Paulo Santos para reforçar que a gestão técnica é obrigatória, por força das novas regras impostas para este tipo de edifícios. Referiu também que a única coisa que se pode fazer para tirar proveito das condições e da forma do edifício é desenhar melhor a gestão técnica. ----------
- Interveio o Senhor Paulo Gata para acrescentar que a questão dos edifícios esteve estagnada durante décadas, mas que agora corre tão depressa que existe uma directiva comunitária, que saiu à 2 ou 3 semanas, que aponta que em 2020 os edifícios consumam 25% da energia que consomem na actual legislação. ----------
- Interveio a Senhora Joana Luís para questionar se foi apurado algum impacto nas zonas comerciais da Rua Dr. Costa Simões, da Rua Dr. José Cerveira Lebre e da Urbanização Quinta da Nora. ----------
- A Senhora Manuela Fernandes referiu que não foi efectuado nenhum estudo prévio de impacto no comércio local e que os problemas do pequeno comércio não estão inteiramente relacionados com esta intervenção e provavelmente não será por aqui que serão resolvidas. ----------
- Interveio o Senhor Carlos Pinheiro para questionar qual será o custo global da obra e para referir que a gestão técnica de todo o edifício é excelente, excepto a questão de que o interruptor que permite passar de automático para manual esteja ao acesso de qualquer pessoa. ----------
- O Senhor Paulo Alves referiu que não poderá fornecer qual o custo total da obra, uma vez que este valor está no processo, faseado em várias parcelas e não o sabe de cabeça. Relativamente ao comando manual, referiu que os Seres Humanos gostam sempre de ter uma última palavra sobre a máquina e nesse ponto de vista, o interruptor terá que estar sempre disponível. No entanto, ao fim de algum tempo o sistema retoma a sua forma automática, caso alguém se esqueça de desligar o sistema manual. ----------
- Interveio o Senhor Jorge Carvalho para referir que ficou entusiasmado com a apresentação do projecto e para parabenizar a Câmara Municipal da Mealhada por tudo o que tem feito, por ser uma Câmara progressista na procura da evolução do Concelho da Mealhada e na melhoria das condições de todos os Mealhadenses. ----------
- Tomou a palavra o Senhor Rui Marqueiro para questionar se o grupo de trabalho tem algum economista inserido na equipa, uma vez que cada vez que se levanta uma questão relativa aos custos da obra, a resposta é sempre a mesma *"está no processo"*. ----------
- A Senhora Manuela Fernandes respondeu que o economista que fez as medições e a orçamentação não faz parte da equipa, tendo sido subcontratado para o efeito. Referiu ainda que apenas lhes foi solicitada a apresentação do projecto e uma explicação técnica do funcionamento de todo o edifício. O valor que consta no processo é apenas uma estimativa orçamental e não o valor real, pois cabe às construtoras avaliar esse valor, quando for lançado o concurso. Reforçou ainda que, na sua opinião, a Câmara Municipal disponibiliza o processo para consulta e estarão lá todos os elementos questionados. ----------
- Tomou a palavra o Senhor Pedro Duarte para referir que não ficou entusiasmado com a apresentação deste projecto, ao contrário de outros, face

à falta de informação exposta, que existe no dito processo, embora tenha ficado mais esclarecido e de louvar todo o trabalho efectuado. Na sua opinião pessoal, referiu que a preocupação técnica foi a de garantir que este projecto fosse o óptimo para o local em questão, e questionou se a realização deste projecto é óptimo para o tipo de edifício em questão e para a finalidade que se destina, sobretudo quando se trata do maior gasto municipal dos próximos anos. ----------

- O Senhor Paulo Gata respondeu que realmente a preocupação técnica foi a de garantir o óptimo, sendo a prova disso a classificação energética do edifício, e agradeceu o comentário. Quanto ao resto, referiu que não poderá responder por se tratar de uma questão meramente política. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu a presença e a disponibilidade dos técnicos que desenvolveram este projecto. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Luís Brandão para questionar se o Executivo Camarário tem noção do valor desta obra. Questionou também, sabendo que a documentação do processo não está concluída, quando é que o Executivo espera ter o processo concluído para dar início à obra em questão e para quando estima que esta obra se inicie. ----------

- O Senhor Presidente da Câmara referiu que este assunto ainda não foi discutido na Câmara Municipal e consequentemente não será discutido primeiramente na Assembleia Municipal. No entanto, a nível pessoal, pode dizer que vai haver uma equipa independente multidisciplinar que vai avaliar todo o projecto para depois ser discutido na Câmara, e só depois é que a Câmara irá estudar quando é que avançará com a obra, incluindo-a no Orçamento, sendo apenas nessa altura que a Assembleia Municipal analisará esta questão. ----------

5 – CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA:

a) FIXAÇAO DO NÚMERO DE PRESIDENTES DE JUNTA:

- O Senhor Presidente da Mesa recebeu proposta da bancada do PSD, a qual leu e a seguir se transcreve: ----------

PROPOSTA A

A bancada do Partido Social Democrata, no âmbito da alínea a), do ponto 5 da Ordem de Trabalhos da presente sessão ordinária da Assembleia Municipal da Mealhada, Fixação do número de Presidentes de Junta para o Conselho Municipal de Segurança, propõe em prole da melhoria e maior representatividade das realidades municipais, em termos de segurança, que neste importante órgão consultivo, estejam presentes os oito Presidentes de Junta de Freguesia do Concelho de Malhada. ----------

Mealhada, 30 de Junho de 2010, ----------

O Partido Social Democrata, ----------

- Tomou a palavra o Senhor Guilherme Duarte para apresentar a proposta, que a seguir se transcreve: ----------

PROPOSTA B

O Partido Socialista propõe que seja fixado um Presidente de Junta para o Conselho Municipal de Segurança. ----------

O Partido Socialista, ----------

- O Presidente da Mesa colocou as propostas à votação e a proposta A foi aprovada por maioria com treze votos a favor, tendo a proposta B obtido doze votos e tendo havido três abstenções. ----------

b) INDICAÇÃO DE 6 MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR O RESPECTIVO CONSELHO:

- O Senhor Presidente da Mesa propôs que sejam nomeados três elementos do PS, dois elementos do PSD e um elemento da CDU, tal como foi consensualmente falado anteriormente. ----------

- O Senhor Luís Brandão referiu que concordam a proposta apresentada e nomeou os Senhores Carlos Alberto Alves Pinheiro e Rui Manuel Castro Frias.

- O Senhor António Breda concordou com a proposta e nomeou-se a si próprio para integrar o respectivo conselho. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa referiu que o Partido Socialista indicaria posteriormente os três membros para integrar o respectivo conselho, tendo sido posteriormente nomeados os Senhores Guilherme José Campos Duarte, Fernando Manuel Silva Melo e Joana Margarida de Figueiredo Luís. ----------

c) REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE MEALHADA: - O Senhor Presidente da Mesa referiu que, perante o desenvolvimento das alíneas a) e b), a Assembleia Municipal é obrigada a apresentar uma proposta de Regulamento ao Conselho Municipal de Segurança. Referiu também que existem duas propostas, uma do Partido Social Democrata (Proposta B) e outra apresentada pela Mesa (Proposta A), a qual foi distribuída com a documentação da Ordem do Dia. Solicitou ainda um esclarecimento adicional ao representante do PSD que efectuou a proposta, para que os membros da Assembleia Municipal possam escolher devidamente qual das propostas apresentadas. ----------

- O Senhor Luís Brandão referiu que esta proposta tem por base a mesma filosofia do Regimento, uma vez que este Regulamento é um documento público, estará publicado no site e tem que ser digno do órgão que regulamenta. Como tal, tentou-se especificar os objectivos e as competências deste órgão, que são deveras relevantes. Relativamente à questão da composição deste órgão, são já estabelecidos os oito Presidentes de Junta. Acrescenta, relativamente ao anterior, a questão do "Projecto de vida", que está na lei e já não existe, mas existe a Delegação Regional do Instituto da Droga e da Toxicodependência, que por inerência está ligada aos objectivos deste assunto. Altera a questão da Santa Casa da Misericórdia, visto que a proposta apresentada pela Mesa fala directamente na Santa Casa da Misericórdia, mencionando que, havendo um organismo supervisor de todas as instituições de solidariedade social, que é a rede social, é da opinião que deverá ser esse mesmo organismo a indicar um membro ou órgão para este concelho e não a Assembleia Municipal. A lei também sugere que estejam representadas associações económicas do município e, nesse sentido, existe a ACIM, que deverá ser convidada para fazer parte do mesmo. Referiu ainda que um dos grandes objectivos desta lei tem a ver com os meios materiais e humanos empregues nas actividades de apoio aos tempos livres, particularmente aos jovens em idade escolar, o que na sua opinião liga directamente com a questão escolar. Portanto deveria estar presente um elemento representante do Agrupamento de Escolas da Mealhada e um elemento do Conselho Municipal da Juventude. Relativamente à questão da dificuldade de reunir este órgão, nomeadamente devido à falta de quórum, tal como já existe noutros municípios, se não houver quórum na primeira reunião, marcar-se-á uma segunda reunião onde serão necessários apenas um terço

dos seus elementos. Esta medida fará com que o Conselho funcione com mais regularidade em prole do benefício de toda a comunidade e em prole da representatividade, nomeadamente com a presença dos 8 Presidentes de Juntas de todas as localidades do concelho neste organismo, onde estão também presentes os Bombeiros, a Protecção Civil, GNR, etc. ----------
- Interveio a Senhora Joana Luís para pedir um esclarecimento quanto ao n.º 3 do art.º 9.º, relativamente à divulgação da Ordem do Dia, atendendo que numa análise prévia poderá haver alguma incompatibilidade com o disposto no n.º 3 do art.º 8.º, quanto à convocatória para as reuniões extraordinárias. ----------
- O Senhor Luís Brandão esclareceu que o estipulado no n.º 3 do art.º 8.º será apenas cumprido no caso de haver necessidade de se realizar uma reunião extraordinária. O descrito no n.º 3 do art.º 9.º aplicar-se-á e será cumprido sempre que houver convocação de reuniões ordinárias deste conselho. ---------
- Tomou a palavra o Senhor José Rosa para questionar se a Assembleia terá competência para impor este regulamento ao Conselho Municipal de Segurança. Antes que se aprovasse este regulamento, o interveniente sugeriu que se esperasse pela decisão dos restantes elementos que compõem este conselho, nomeadamente os Bombeiros, a GNR, etc. ----------
- O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que esta é uma proposta de regulamento para o Conselho Municipal de Segurança e que antes de ser efectivamente aprovado, esta proposta terá se ser aceite pelo referido conselho. Só posteriormente, o regulamento será definitivamente aprovado pela Assembleia Municipal. De seguida, colocou as propostas de regulamento do Conselho Municipal de Segurança à votação e a proposta B foi aprovada por maioria com dezasseis votos, tendo a proposta A obtido nove votos e tendo havido três abstenções. ----------
- Tomou a palavra a Senhora Joana Luís para apresentar declaração de voto, referindo que votou favoravelmente a proposta B por considerar que, no seu todo, é uma proposta mais completa e mais adequada aos objectivos que estão em análise. ----------
6 – REVISÃO ORÇAMENTAL Nº 1: - O Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. ----------
- O Senhor Presidente da Câmara referiu que esta revisão é apenas a aplicação do saldo de gerência. ----------
- O Senhor Presidente da Mesa colocou a Revisão Orçamental Nº1 à votação e a mesma foi aprovada por maioria com vinte e seis votos a favor e duas abstenções. ----------
Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -
- O Senhor Presidente da Mesa, antes de entrar no ponto 7 da Ordem de Trabalhos, deu a palavra aos membros que representam a Assembleia Municipal noutros órgãos, a qual deveria ter sido dada no período antes da Ordem do Dia. ----------
- Tomou a palavra o Senhor Luís Brandão, que representa a Assembleia Municipal da Mealhada na Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego, juntamente com os Senhores Miguel Felgueiras, Rui Marqueiro, Bruno Coimbra e Guilherme Duarte, para referir que já ocorreram duas reuniões daquele órgão, uma ordinária onde foi aprovada por unanimidade a conta de gerência de 2009 e outra extraordinária que aprovou o Regimento da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego. Referiu ainda que, nas duas reuniões, estiveram presentes os Senhores Luís Brandão, Bruno Coimbra e

Guilherme Duarte. Expôs que na reunião ordinária de Fevereiro, o Presidente da Assembleia Intermunicipal referiu que a Mealhada se disponibilizou para receber a próxima sessão da Assembleia Intermunicipal, o que levantou alguns comentários jocosos por parte dos restantes membros. Acontece que o Senhor Miguel Felgueiras apresentou esta hipótese ao Presidente da Assembleia Intermunicipal, Senhor Fernando Regateiro, no final da reunião de Fevereiro sem dar conhecimento aos restantes membros da Assembleia Municipal da Mealhada, que ficaram surpresos com esta sugestão. Referiu ainda que, por inerência, sentiu-se obrigado a apoiar esta iniciativa sem saber os motivos que levaram o Senhor Miguel Felgueiras a apresentar esta sugestão e a justificar, sem qualquer preparação, esta iniciativa. Tendo em conta o sucedido, o interveniente sugeriu, sempre que houver questões supra partidárias, que sejam conversadas entre os cinco elementos que representam a Assembleia Municipal de Mealhada na referida Assembleia Intermunicipal para que haja consenso e sintonia na hora de decidir e justificar qualquer iniciativa. Reforçou ainda que o Senhor Guilherme Duarte partilha da mesma opinião. ----------

7 – REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MEALHADA: - O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Rui Marqueiro para propor que este ponto seja discutido e votado na próxima sessão da Assembleia Municipal, devido à sua complexidade e devido a vários pontos que terão que ser corrigidos, sob pena de a sessão acabar às 5 da manhã. Mencionou também que não existe qualquer problema no adiamento deste ponto, uma vez que a Assembleia Municipal funciona na mesma com o Regimento actualmente em vigor. ---------

- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu à Junta de Freguesia de Mealhada pelo espaço cedido ao grupo de trabalho, do qual também fez parte, ao colega da CDU pelo trabalho que teve em lhes proporcionar as condições dentro daquele edifício e à Senhora Joana Luís, que desenvolveu um trabalho extremamente elaborado, quer a nível jurídico, quer a nível informático, onde o documento apresenta um texto fluído e na aplicação informática existem links entre os artigos que facilitam a compreensão de todo o documento. Referiu também que 98 ou 99% do que está escrito no Regimento é derivado de várias Leis, onde o objectivo do grupo também não foi colocar toda a lei neste documento, mas sim uma grande parte da Lei que permitisse a quem lesse e trabalhasse este Regimento, ter um conhecimento largo e abrangente sobre os temas que esta Assembleia deve tratar. Reforçou que 99% do que foi estipulado no documento é Lei e que não tem qualquer problema se, por ventura, a votação deste documento for adiada. ----------

- Interveio o Senhor Luís Brandão para referir que este grupo de trabalho fez um esforço enorme para ter o Regimento pronto para esta Assembleia, fizeram três reuniões presenciais, trocaram vários e-mails e houve um trabalho de equipa muito bom, onde houve harmonia e consenso na realização deste trabalho. Referiu ainda que a proposta que o PSD apresentou (um membro de cada grupo partidário e um elemento da mesa) para a constituição do grupo de trabalho, na prática, acabou por se cumprir, com excepção da primeira reunião onde também esteve presente a Senhora Lurdes Bastos. Sugeriu que os grupos partidários se reunissem e partilhassem informação entre si, tal como sucedeu com o PSD, de modo que a discussão deste ponto, caso o seu adiamento se confirme, seja célere e facilitada. ----------

- Interveio o Senhor José Rosa para classificar este trabalho como patético e referir que quem elaborou este Regimento não vive, nem conhece a realidade do Concelho de Mealhada. Justificou a sua afirmação com o disposto na alínea j) do n.º 2 do art.º 2.º (*"Determinar a remuneração dos membros do conselho de administração dos serviços municipalizados"*), quando não existem serviços municipalizados neste concelho. Referiu ainda que é um ataque feroz aos Presidentes de Junta, pois estipula que não podem fazer parte da mesa, nos termos do nº 2 do art.º 4.º, provavelmente devido a um episódio em que, segundo consta, o Presidente de Junta se teria enganado a contar. Bem como o disposto na alínea h) do n.º2 do art.º 6.º que obriga o Presidente da Mesa a comunicar à Assembleia de Freguesia ou à Câmara Municipal, as faltas dos Presidentes de Junta de Freguesia e Presidente da Câmara Municipal, respectivamente, às reuniões da Assembleia Municipal. O interveniente referiu que presta, trimestralmente, informação da sua actividade ao seu Presidente da Assembleia de Freguesia e não reconhece ao Senhor Presidente da Câmara a qualidade de fiscal de nenhum membro da Junta. Complementou que não foi contemplado neste documento as faltas que os membros da mesa dão a estas sessões da Assembleia Municipal, nem às comissões que integram. Assim sendo, o interveniente referiu que não votará este Regimento, retirando-se da sala antes da votação. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que o que está em discussão é o adiamento deste ponto e não o documento do Regimento. ----------

- O Senhor Rui Marqueiro alertou a mesa que efectivamente apresentou uma proposta, a qual merece ou não discussão e, posteriormente, será ou não votada. Referiu ainda que o que está em causa não é o facto de não saber contar, mas sim com o facto de nunca ter lido a lei das Autarquias Locais. -------

- Interveio o Senhor António Breda para referir que a proposta do Regimento deverá ser votada nesta sessão, sob pena de levar um atestado de incompetência, uma vez que todos fizeram parte. ----------

- Interveio o Senhor Jorge Carvalho para se solidarizar com o Senhor José Rosa e para referir que também se ausentará da sala antes da votação deste Regimento, uma vez que este documento humilha os Presidentes de Junta. Na sua opinião, é ridículo que se invoque a Lei, nomeadamente a Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, para justificar esta humilhação e fiscalização aos Presidentes de Junta. ----------

- Interveio o Senhor Guilherme Duarte para referir que se pertencesse ao grupo de trabalho que elaborou este documento, sentir-se-ia muito mal com aquilo que está a ouvir, uma vez que, segundo o que foi dito pelo Senhor Presidente da Mesa, 98% do que foi escrito no Regimento está na Lei. Referiu ainda que, para quem leu o documento todo, obviamente existem pontos a reajustar e que se este ponto for discutido nesta sessão, provavelmente demorará até de manhã. Reforçou também que é preciso ter algum cuidado para não desrespeitar as pessoas que, provavelmente, perderam muitas horas a elaborar este documento. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa colocou a proposta do Senhor Rui Marqueiro, que propôs o adiamento da discussão deste ponto para a próxima sessão da Assembleia Municipal, à votação e a mesma foi aprovada por maioria com vinte votos a favor e oito votos contra. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Carlos Pinheiro para reforçar que este ponto deveria ser discutido nesta sessão, corrigindo os pontos que houver a corrigir, como forma de respeitar o trabalho que foi feito na elaboração deste documento. ----------

- Tomou a palavra a Senhora Joana Luís para esclarecer os Presidentes de Junta presentes, citando o disposto na alínea h) do nº 1 do art.º 54.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, que a seguir se transcreve: *"Comunicar à Assembleia de Freguesia ou à Câmara Municipal as faltas do Presidente de Junta e do Presidente da Câmara às reuniões da Assembleia Municipal."* ----------

- Interveio o Senhor Pedro Duarte para apresentar a sua declaração de voto, referindo que votou a favor, em sinal de respeito pelos membros que elaboraram este trabalho, que, na sua opinião, não foi reconhecido o devido valor. ----------

Não havendo mais qualquer assunto da Ordem de Trabalhos a tratar, o Senhor Presidente da Mesa deu início ao período dedicado à intervenção do público, perguntado se alguém queria intervir. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Vítor Matos, na qualidade de munícipe deste concelho, residente no Canedo, freguesia de Pampilhosa, uma vez que não lhe foi dada voz na altura devida, relativamente ao assunto Pousadas de Juventude. Referiu que quando se fala neste assunto, fala-se sempre na construção de uma Pousada de Juventude no Luso. Acontece que este concelho tem mais freguesias e existe uma, nomeadamente a freguesia de Pampilhosa, que também tem um espaço apetecível para o efeito, particularmente o Chalé Suíço, não sabendo se a Câmara já se debruçou sobre o assunto ou se está determinada que seja num local já destinado. ----------

- Tomou a palavra o Senhor José Veiga para intervir sobre a questão do médico veterinário, apelando que as suas questões sejam respondidas com objectividade, para que não se dispersem no acessório, referindo ainda que já escreveu várias cartas ao Senhor Presidente da Assembleia e que não obtiveram qualquer resposta, ao contrário do que acontecia no anterior mandato. Referiu, tal como foi mencionado nesta sessão, que este órgão era um órgão fiscalizador. No entanto, não se tem preocupado muito com o tema que o próprio tem apresentado nesta Assembleia. A primeira questão prende-se com o facto de ter sido feito um concurso para médico veterinário, há já algum tempo, e foi assinado um contrato, nesta Câmara, que nada tem a ver com o cargo de médico veterinário, o que é completamente absurdo. O interveniente questionou se a Assembleia Municipal, enquanto órgão fiscalizador, permite que tal aconteça nesta Câmara Municipal e afirmou que, na sua opinião, esta Assembleia não tem feito grande coisa em relação a esta matéria, expondo que tem consigo toda a documentação para consulta. O interveniente perguntou ainda porque é que o concurso nada tem a ver com o respectivo contrato que foi elaborado. Relativamente ao canil municipal, referiu que o Senhor Presidente da Câmara terá que arranjar uma solução para o canil, porque a solução de albergue municipal causa alguma preocupação, e tem dúvidas quanto ao enquadramento legal em que se apoia. Neste sentido, afirmou que a lei obriga a que o Senhor Presidente pense neste assunto e encontre uma solução rápida, para evitar algum problema epidemiológico que não se consiga resolver no futuro, tendo posteriormente que ser apuradas as devidas responsabilidades. Referiu também que o defeito que menos tolera

numa pessoa é a mentira e afirmou que, na última reunião de Câmara, que ocorreu no passado dia 9, o Senhor Presidente da Câmara faltou á verdade, mencionando que a única decisão do Tribunal Administrativo de Aveiro que a Câmara teve conhecimento, foi a do arquivamento do processo. Acontece que no dia 1, o Senhor Presidente da Câmara respondeu para o processo, carta esta que era resposta a uma comunicação de 28 de Maio. O interveniente referiu que tinha dito ao Senhor Presidente que tinha recebido uma comunicação no dia 20, do Tribunal Administrativo Fiscal do Norte, comunicação essa que foi enviada para o Tribunal Administrativo de Aveiro e também para o interveniente, não para dizer que o processo tinha sido arquivado, ao contrário da convicção do Senhor Presidente e daquilo que o mesmo afirmou. Neste sentido, referiu que o Senhor Presidente não está à altura de arcar com a culpa, na sua opinião, caso não consiga explicar o sucedido. Expôs ainda que foi interposta, pelo Ministério Público, uma acção administrativa especial contra a Câmara Municipal de Mealhada. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que, relativamente à falta de resposta às cartas enviadas pelo Senhor José Veiga, não poderá responder pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Jorge Carvalho para informar que se retirará da sala, uma vez que foi permitida uma intervenção, no período destinado ao público, que nada tem a ver com a Ordem do Dia desta sessão, ao contrário do que já aconteceu com o próprio, em sessões anteriores, sob o pretexto de os seus assuntos nada ter a ver com os assuntos tratados na respectiva Ordem de Trabalhos. ----------

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que o primeiro ponto não é assunto para se tratar na Assembleia Municipal, mas sim nas reuniões públicas da Câmara Municipal, onde a próxima será no dia 8, para a qual o Senhor José Veiga é bem-vindo. Frisou ainda que não admite aquele tipo de linguagem, uma vez que quando se faz uma queixa ao Ministério Público, não estando em causa o direito que tem de a fazer, existe o princípio do contraditório e o princípio da contestação ao que é dito. Acontece que no dia 9, a Câmara apenas tinha conhecimento de que o processo estaria arquivado, frisando que só no dia 11 recebeu uma comunicação no sentido de que o processo seria novamente reactivado para eventualmente ser declarada a sua nulidade. Expôs ainda que a carta enviada pela Câmara no dia 1, era respeitante a uma pergunta que o Tribunal Administrativo fez e que a Câmara obviamente respondeu, não tendo sido indicado qualquer processo. Bem como poderá ser verificado pelo Senhor José Veiga no documento original que poderá solicitar no Tribunal, uma vez que lhe forneceram essa informação. Reforçou ainda que o Senhor José Veiga anda muito bem informado, tendo em conta que até conhece os processos que estão em segredo de justiça. ----------

- O Senhor José Veiga perguntou, ao Senhor Presidente da Câmara, porque é que se fazem concursos, quando os contratos assinados não têm nada a ver com os respectivos concursos. ----------

- O Senhor Presidente da Câmara respondeu que o problema era do interveniente. ----------

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por mim, Rodrigo Manuel Ribeiro Baptista da Cruz
Rodrigo Manuel Ribeiro Baptista da Cruz, Assistente Técnico, nomeado por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio

administrativo à Assembleia Municipal, e pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.